



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001989/2023-20

**Assunto:** Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Segurança Pública

**UNIDADE:** Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMSP

**EMENTA:** Pedido de informações acerca da Ordem de Serviço n. PM3-006/03/20-CIRCULAR. Demanda não atendida. Provimento parcial.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00341/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMSP, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão informou que: *"As informações relatadas nas Comissões de Mitigação, se tratam de informações estratégicas de emprego Operacional e meios da Polícia Militar do Estado de São Paulo, indispensáveis à Segurança da Sociedade e do Estado, nos termos do Artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal, motivo pelo qual não podem ser fornecidas. Além do que essa documentação é constituída de dados e informações cuja preservação de sigilo e restrição de acesso ao conhecimento formulado, DEVE SER rigorosamente cumprida por caracterizarem informações, identificadas como um conhecimento da categoria de informações pessoais, que nos termos da Lei Federal n.º 12.527, de 18NOV11 – "Lei de Acesso a Informação" e do Decreto n.º 58.052, de 16MAI12, institui-se para a devida proteção da intimidade, vida privada, honra e imagem do relacionado".* Insatisfeita, a cidadã apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. No curso das diligências realizadas o órgão reiterou as razões apresentadas para negativa de acesso e não disponibilizou as informações requeridas.
4. Em análise ao caso concreto, constatou-se que a segunda instância recursal já apreciou um pedido semelhante de autoria da requerente, realizado através do Protocolo SIC.SP [REDACTED], onde concluiu-se que o recorrido justificou adequadamente a impossibilidade de fornecer as informações em observância ao sigilo previsto no artigo 7º, da Resolução SSP nº 49/21, que estabelece que os membros da Comissão de Monitoramento da Letalidade envolvendo Policiais obrigam-se a preservar o sigilo das discussões e atividades realizadas pela Comissão, bem como das informações de que tenham tomado conhecimento, não podendo divulgá-las a qualquer título, sob pena de exclusão do membro, sem prejuízo da responsabilização nas esferas administrativas, cível e penal.
5. Nesse sentido cumpre observar que a Lei federal 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) permite fundamentar a negativa de acesso à informação com base em

outras legislações específicas que preveem restrição de acesso a determinadas informações, como no caso em apreço.

6. Contudo, o órgão não apresentou nenhum argumento para afastar a regra geral da publicidade com relação aos dados quantitativos gerais solicitados não apontando o enquadramento legal da exceção à regra geral da transparência, uma vez que, ressalvada a possibilidade de individualização de militares ao se detalhar a quantidade de policiais por batalhão em cada situação solicitada, o que caracterizaria a incidência do disposto no artigo 31 da LAI, o fornecimento de números totais da Polícia militar para esses casos possibilita a transparência de parte significativa das informações solicitadas.
7. Assim, verificada a insuficiência da motivação apresentada para afastar a regra geral da publicidade e anotadas as condições a serem observadas para o possível acesso, **conheço e dou provimento parcial ao recurso**, com fundamento no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, com fundamento no artigo 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
8. Com efeito, o órgão deverá disponibilizar, **no prazo de 20 (vinte) dias**, as seguintes informações:
9. a) Quantidade de batalhões que criaram Comissão de Mitigação de Risco, desde julho de 2020;  
  
b) Quantidade total de convocações de Comissões de Mitigação de Risco, desde julho de 2020;  
  
c) Total de policiais que, desde julho de 2020, foram avaliados em Comissões de Mitigação de Risco por envolvimento em mortes decorrentes de intervenção policial;  
  
d) Total de policiais afastados das atividades por envolvimento em mortes decorrentes de intervenção policial;  
  
e) Total de policiais envolvidos em mortes decorrentes de intervenção policial que, após passarem por treinamento dirigido, foram monitorados por 30 dias por Comissões de Mitigação de Risco, desde julho de 2020;  
  
f) Total de policiais envolvidos em mortes decorrentes de intervenção policial que permaneceram em treinamento dirigido, mesmo após o monitorados por 30 dias por Comissões de Mitigação de Risco, desde julho de 2020;  
  
g) Total de procedimentos operacionais padrão não observados por policiais, conforme apuração de Comissões de Mitigação de Risco, desde julho de 2020;  
  
h) Total de policiais envolvidos em mortes decorrentes de intervenção policial que não foram afastados das atividades ostensivas e nem submetidos às fases de treinamento dirigido ou monitoramento educativo, desde julho de 2020.
10. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

São Paulo, 16 de novembro de 2023.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 16/10/2023, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site